



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO  
CENTRO DE APOIO AOS LEILÕES JUDICIAIS UNIFICADOS  
**ATOrd 0098800-47.2003.5.02.0044**  
RECLAMANTE: MARIA LUCIA FERREIRA DE QUEIROZ RODRIGUES  
RECLAMADO: HIPODROMO MOVEIS E UTILIDADES DOMESTICAS LTDA. E  
OUTROS (5)

### **Edital de Leilão Judicial Unificado**

**44ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP**

**Processo nº 0098800-47.2003.5.02.0044**

O Juiz do Trabalho do Centro de Apoio aos Leilões Judiciais Unificados, FAZ SABER, a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que no dia 07/05/2026, às 12:08 horas, através do portal do leiloeiro Eduardo Jordão Boyadjian - [www.leilaovip.com.br](http://www.leilaovip.com.br) - serão levados a leilão judicial e arrematação os bens penhorados na execução dos autos supramencionados entre as partes: **MARIA LUCIA FERREIRA DE QUEIROZ RODRIGUES, CPF: 113.905.128-86 , exequente, e HIPODROMO MOVEIS E UTILIDADES DOMESTICAS LTDA., CNPJ: 46.550.430/0001-88; SALOMAO LEBELSON SZAFIR, CPF: 246.491.348-03; JOAO VALENTIM SINHORETO, CPF: 229.701.778-20; FERNANDO CORSI, CPF: 002.537.588-15; MAURO KAUFFMAN, CPF: 766.566.678-72; espólio de jacob kauffman, executado(s), conforme laudo de avaliação constante dos autos, e que são os seguintes BENS:**

IMÓVEL MATRÍCULA 2.708 do 7º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO PAULO/SP. Contribuinte Municipal nº 032.017.0004-5. DESCRIÇÃO: IMÓVEL: UMA CASA situada a rua Leme da Silva, sob nºs. 359 e 361, antigo nº. 57, no 33º Subdistrito ALTO DA MOOCA, e seu respectivo terreno que mede 7,80m. de frente para a citada rua, por 14,52m. da frente aos fundos, encerrando a área de 113,25m²., confrontando de um lado com Josefina Vinkauskas, de outro com Pelegrino Lipi e nos fundos com Francisco Gagliardi. OBSERVAÇÕES: 1) Certificou o oficial de justiça que: "Benfeitorias não constantes na matrícula: Dados cadastrais do terreno: áreas total e incorporada: 117 m²; testada. 7,80m, fração ideal. 1,0000. Dados cadastrais da construção área construída 135 m²; área ocupada pela construção: 105m², ano da construção corrigido: 2000 padrão da construção: 1- C. uso, residência, segundo dados da Certidão de Dados Cadastrais do Imóvel: PTU 2025 da Prefeitura de São Paulo Fazenda. Casa apresenta sala única 2 quartos, cozinha, edícula aos fundos com quarto

e banheiro area coberta no pavimento superior, comodos em piso frio, garagem lateral coberta. Regular estado de conservação." (Id: ab58d9d); 2) Há indisponibilidades; 3) Há outra penhora; 4) Consignou em despacho o juízo da execução que: "Assim, fica registrada a isenção dos débitos tributários anteriores à arrematação do bem em hasta pública, pois é considerada como aquisição originária, inexistindo relação jurídica entre o arrematante e o anterior proprietário do bem, sendo certo que os débitos anteriores à arrematação subrogam-se no preço da hasta, por aplicação do artigo 130, parágrafo único do CTN em interpretação que se estende aos bens móveis e semoventes." (Id: 64a9648). Valor Total da Avaliação do Imóvel em R\$ 844.000,00 (oitocentos e quarenta e quatro mil reais).

Local dos bens: Rua Leme da Silva, 361 - Alto da Mooca - São Paulo/SP

Total da avaliação: R\$ 844.000,00 (oitocentos e quarenta e quatro mil reais)

Lance mínimo do leilão: 40%

Leiloeiro Oficial: Eduardo Jordão Boyadjian

Comissão do Leiloeiro: 5%.

O leilão judicial será realizado exclusivamente na modalidade eletrônica.

O **exercício do direito de preferência** deverá ser requerido junto ao leiloeiro, por e-mail: contato@hastavip.com.br, com a antecedência de 48 horas ao leilão.

O arrematante, que não seja exequente no processo, pagará, no ato do acerto de contas do leilão judicial, uma primeira parcela na ordem de 20% (vinte por cento), do valor do lance como sinal e garantia, mais a integralidade dos 5% (cinco por cento) da comissão do leiloeiro, calculados sobre o valor da arrematação. A primeira parcela será recolhida através de boleto bancário, à disposição do Juízo da execução, perante o Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, conforme a hipótese. Já a comissão do leiloeiro será paga diretamente a ele mediante recibo a ser anexado ao processo de execução. A segunda parcela do valor do lance, na ordem de 80% (oitenta por cento), será satisfeita, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o leilão judicial, diretamente na Agência Bancária autorizada, mediante guia boleto emitido por

ocasião do leilão. Por ato voluntário, o arrematante poderá efetuar o pagamento do sinal em percentual superior a 20%, bem como poderá depositar 100% do valor de arrematação.

O arrematante interessado em adquirir o bem no leilão judicial em prestações, deverá ofertar lance diretamente no sítio do leiloeiro, com esta opção, atendendo às seguintes condições:

a) O lance ofertado para pagamento à vista sempre prevalecerá sobre os lances ofertados para pagamento parcelado de mesmo valor;

b) O lance ofertado para pagamento parcelado em menor número de parcelas prevalecerá sobre os demais lances parcelados de mesmo valor;

c) Oferta de sinal de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o saldo restante, parcelado em até 30 (trinta) meses. As parcelas serão corrigidas monetariamente pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por outro que venha a substituí-lo.

d) Não serão aceitos parcelamentos com parcelas inferiores a R\$ 1.000,00 (mil reais).

e) O parcelamento será garantido por hipoteca sobre o próprio bem, quando se tratar de imóveis e por caução idônea, quando se tratar de bens móveis, caução esta condicionada à aceitação pelo Juiz Presidente dos Leilões Judiciais.

f) Não sendo aceita a caução idônea pelo juiz, ou no caso da sua não apresentação ao Leiloeiro no prazo de 24 horas ao ato, a forma de pagamento do saldo remanescente automaticamente será alterada para "À VISTA", nesse caso, o arrematante declara desde já ciência da condição estabelecida, se comprometendo a efetuar o pagamento na forma acima determinada, sob pena de aplicação das penalidades administrativas.

f) No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas.

g) O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.

Compete apenas ao interessado no(s) bem(ns), eventual pesquisa de débito junto aos diversos órgãos.

Após apregoados todos os lotes, os bens que não forem objeto de arrematação serão apregoados novamente na mesma data, no repasse ao final do leilão, podendo os lotes ser desmembrados, salvo disposição em contrário constante do edital, mantendo-se o mesmo percentual de lance mínimo praticado no primeiro pregão.

Visitação dos bens: as 8:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, todo e qualquer interessado, acompanhado do leiloeiro oficial ou de quem este indicar por escrito, deverá ter acesso aos bens referidos neste edital, sob pena de imediata remoção ou imissão na posse, conforme a hipótese, assumindo o leiloeiro oficial o compromisso de depositário fiel.

Esta publicação supre a necessidade de intimação direta às partes. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário de Justiça Eletrônico Nacional - DJEN.

SAO PAULO/SP, 16 de dezembro de 2025.

**JOAO CARLOS DA VEIGA**  
Servidor



Documento assinado eletronicamente por JOAO CARLOS DA VEIGA, em 16/12/2025, às 19:58:14 - 3ab2500  
<https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/25121619581141700000436659896?instancia=1>  
Número do processo: 0098800-47.2003.5.02.0044  
Número do documento: 25121619581141700000436659896